

ASSISTÊNCIA À DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Ana Carolina Rodrigues Paiva¹; Fabiana Marques Fagundes¹; Thayna Silva Sarmiento²; Julia Maria Moreira Santos³.

- 1-Estudantes de Odontologia das Faculdades Unidas do Norte de Minas (FUNORTE).
Membros da Liga de Saúde Pública de Odontologia da FUNORTE (LAOSP).
- 2-Estudantes de Odontologia da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).
Membro da Liga de Saúde Pública de Odontologia da FUNORTE (LAOSP)
- 3-Professora do curso de Odontologia das Faculdades Unidas do Norte de Minas (FUNORTE).

Objetivo: revisar a literatura acerca da assistência da Disfunção Temporomandibular (DTM) no Sistema Único de Saúde (SUS). **Materiais e Métodos:** realizou-se uma revisão de literatura integrativa com artigos publicados entre 2010 e 2020 no idioma português. As buscas foram realizadas nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Google Acadêmico. Os descritores usados foram: dor orofacial; atenção primária; e Sistema Único de Saúde. Foram encontrados dois artigos científicos. **Resultados:** o aumento da prevalência de disfunção temporomandibular na população incentivou as discussões sobre a inclusão nos serviços públicos de saúde. As práticas de manejo clínico das queixas dos pacientes já estão inseridas no âmbito da Atenção Primária à Saúde, através da anamnese e exame clínico, e avaliação dos sinais e sintomas. Existe assistência na atenção primária prestada por hospitais universitários, algumas vezes de forma interdisciplinar. O profissional pode lançar mão de orientações educativas e preventivas, exercícios terapêuticos, termoterapia, terapia medicamentosa e abordagem psicoterapêutica. O encaminhamento de pacientes a atenção secundária através do próprio Núcleo de Apoio Saúde da Família ou programas específicos, como o Programa de Homeopatia, Acupuntura e Medicina Antroposófica de Belo Horizonte-PROHAMA, além dos tratamentos já preconizados na Atenção Primária à Saúde, a instalação de placas interoclusais, bloqueio anestésico e agulhamento a seco são realizados por especialista, mantendo contato de contra referência com a unidade de origem do paciente. **Conclusão:** a inserção do tratamento da disfunção temporomandibular nas redes de atenção à saúde existe em algumas regiões do Brasil. Ressalta-se a necessidade de maior discussão na literatura sobre sua implementação efetiva nas políticas públicas de saúde.

Palavras-chave: Síndrome da Disfunção da Articulação Temporomandibular. Sistema Único de Saúde. Ação Integral de Saúde. Dor facial.